

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2012

CNPJ 02.677.174/0001-19

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Composição do capital social : 577.712 Ações Ordinárias Nominativas

Sede: Rua General Gurjão, 2 - Cajú - Rio de Janeiro – CEP 20940-004

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL
(Em reais)

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.755.353	4.844
Contas a receber - aluguéis	4.589.905	4.951.519
Créditos de impostos	1.958.657	1.220.569
Adiantamento a fornecedores	37.932	37.932
Despesas antecipadas	2.477.556	55.755
Ativo destinado à venda	<u>104.109.154</u>	<u>104.109.154</u>
Total do ativo circulante	114.928.557	110.379.773
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Empresas ligadas	46.009.833	192.036
Investimentos	1.000	1.000
Imobilizado	858.116.601	864.357.656
Intangível	<u>140.406.485</u>	<u>140.407.161</u>
Total do ativo não circulante	1.044.533.919	1.004.957.853
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.159.462.476</u></u>	<u><u>1.115.337.626</u></u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em reais)

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	278.727	1.774.936
Empréstimos e financiamentos	17.522.223	40.514.840
Salários e encargos sociais	2.720	
Impostos e contribuições a recolher	16.110.559	15.447.401
Impostos e contribuições diferidos	8.901.498	8.901.498
Adiantamento de clientes	10.000.000	10.000.000
Debêntures	15.097.924	
Indenizações trabalhistas a pagar	2.412.971	2.250.862
Outras contas a pagar	19.035.304	23.911.485
Total do passivo circulante	<u>89.361.926</u>	<u>102.801.021</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	41.877.777	
Debêntures	304.839.039	52.477.188
Impostos e contribuições a recolher	681.170	672.199
Impostos e contribuições diferidos	236.703.295	238.913.425
Débitos empresas ligadas	50.909.163	65.227.974
Indenizações trabalhistas a pagar	648.436	972.656
Outras contas a pagar		<u>215.203.018</u>
Total do passivo não circulante	<u>635.658.880</u>	<u>573.466.460</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.650.549	1.650.549
Ajuste patrimonial	458.259.998	462.550.251
Prejuízos acumulados	<u>(25.468.877)</u>	<u>(25.130.655)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>434.441.670</u>	<u>439.070.145</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>1.159.462.476</u></u>	<u><u>1.115.337.626</u></u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE MARÇO

(Em reais)

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de aluguel e arrendamento	15.832.329	3.202.599
Deduções, abatimentos e impostos	(1.399.447)	(137.509)
Receita líquida	14.432.882	3.065.090
Receitas (despesas) operacionais:		
Gerais e administrativas	(1.284.059)	(1.742.033)
Depreciações e amortizações	(6.766.632)	(6.766.426)
Despesas financeiras	(14.214.116)	(2.108.977)
Receitas financeiras	958.120	116.997
Equivalência patrimonial		465.005
	(21.306.687)	(10.035.434)
Resultado operacional	(6.873.805)	(6.970.344)
Receita não operacional		
Diversas	35.200	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.838.605)	(6.970.344)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.210.130	2.209.249
Prejuízo do período	(4.628.475)	(4.761.095)
Prejuízo por ação do capital social no final do exercício, em R\$	(11,84)	(12,07)

COMPANHIA BRASILEIRA DE
DIQUES S.A.

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste patrimonial</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	117.400.285	36.000	488.548.257	8.724.012		614.708.554
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(4.290.253)		4.290.253	
Prejuízo do período					(4.761.095)	(4.761.095)
Em 31 de março de 2011	117.400.285	36.000	484.258.004	8.724.012	(470.842)	609.947.459
Em 31 de dezembro de 2011	1.650.549		462.550.251		(25.130.655)	439.070.145
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(4.290.253)		4.290.253	
Prejuízo do período					(4.628.475)	(4.628.475)
Em 31 de março de 2011	1.650.549		458.259.998		(25.468.877)	434.441.670

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em reais)**

	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do período	(4.628.475)	(4.761.095)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.766.631	6.766.426
Equivalência patrimonial		(465.004)
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos	(2.210.130)	(2.209.249)
	(71.974)	(668.922)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Contas a receber de clientes	361.615	
Impostos a recuperar	(738.089)	45.886
Créditos de empresas ligadas	(45.817.797)	
Despesas de exercícios seguintes	(2.421.800)	(67.934)
Adiantamentos a fornecedores		(5.028.510)
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(1.496.209)	877.036
Impostos e contribuições a recolher	672.127	1.087.590
Débitos com empresas ligadas	(14.318.811)	(418.286)
Salários e encargos sociais	2.720	
Indenizações trabalhistas	(162.109)	(452.853)
Outras contas a pagar	11	
Caixa líquido aplicado (proveniente) atividades operacionais	(63.990.316)	(4.625.993)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 MARÇO - CONTINUAÇÃO
 (Em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	524.900	11.323.280
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>524.900</u>	<u>11.323.280</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos (pagos) tomados	18.885.160	(4.106.786)
Credores por compra de ativos	(220.079.210)	(1.608.098)
Debêntures emitidas	267.459.775	
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>66.265.725</u>	<u>(5.714.884)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.750.509</u>	<u>(21.664.157)</u>
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes		
Disponibilidades e valores equivalentes no início do exercício	4.844	21.783.705
Disponibilidades e valores equivalentes no final do exercício	1.755.353	119.548
	<u>1.750.509</u>	<u>(21.664.157)</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO**

(Em reais)

	2012	2011
Receitas		
Aluguéis	15.832.328	3.202.599
Diversas	35.199	
Insumos adquiridos		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.226.377	983.947
Valor adicionado bruto	14.641.150	2.218.652
Retenções		
Depreciação e amortização	6.766.632	6.766.426
Valor adicionado líquido	7.874.518	(4.547.774)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	895.008	116.996
Resultado de investimento em controlada		465.005
Valor adicionado a distribuir	8.769.526	(3.965.773)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.441.197	895.822
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e aluguéis	13.166.934	2.108.749
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(6.838.605)	(6.970.344)
Valor adicionado total distribuído	8.769.526	(3.965.773)

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Diques – CBD, constituída em 14 de agosto de 1998, tem por objeto social: (i) a exploração comercial de diques (secos ou flutuantes) e equipamentos, acessórios e seus periféricos, para o exercício de atividades de construção, reparação, reconstrução, conversão e manutenção de navios, embarcações, plataformas e demais equipamentos flutuantes em geral; (ii) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, de quaisquer atividades, como sócia acionista ou quotista, bem como sociedades em conta de participação ou de consórcios de empresas que tenham por finalidade desenvolver atividades direta ou indiretamente relacionadas com os seus objetivos ou com o das sociedades que participe.

Arrendamento de área

Em 21 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, arrendando área equivalente a 321.612 m² e respectivas benfeitorias de seu imóvel. Os recursos provenientes do arrendamento da área passaram a ingressar na Companhia no segundo semestre de 2011, após terem sido cumpridos o período de carência e as condições precedentes definidos no referido contrato.

Incorporação de sociedade controladora

Em 15 de julho de 2011, através de Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação firmado entre as sociedades, foi proposta aos acionistas a incorporação da sociedade controladora, GFS – Premium Administração e Participações S.A, pela sociedade controlada, Companhia Brasileira de Diques, com base nas seguintes razões: a) os estudos realizados sobre a conveniência da incorporação revelam que a operação é vantajosa para as duas sociedades, resultando em substancial economia de custos através, principalmente, da centralização das suas operações, das administrações e dos ativos físicos e financeiros das sociedades; b) propiciará um melhor dimensionamento e facilidade na captação de recursos financeiros necessários às atividades da sociedade incorporadora, bem como da administração do seu resultado, de modo que os seus objetivos sejam alcançados com maior eficiência.

Em 05 de agosto de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a incorporação do acervo líquido da sociedade controladora apurado em 05 de julho de 2011 com base em laudo de avaliação emitido por peritos avaliadores. Neste mesmo ato societário foi aprovada a assunção pela Companhia de todos os direitos e obrigações subordinados às debêntures emitidas pela GFS Premium Administração e Participações S.A.

O acervo líquido incorporado pode ser assim resumido:

05 de julho de 2011

ATIVO	CBD	GFS	ELIMINAÇÕES	FINAL
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3.133.359	150		3.133.509
Adiantamento a fornecedores	6.340.166			6.340.166
Outras contas a receber	116.292.681			116.292.681
Não Circulante				
Empresas ligadas	91.677	25.985.639	(25.985.639)	91.677
Investimentos	1.000	132.121.465	(132.121.465)	1.000
Imobilizado	873.938.071			873.938.071
Intangível	11.494	140.397.019		140.408.513
Total do Ativo	999.808.447	298.504.274	(158.107.104)	1.140.205.617
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	393.053			393.053
Financiamentos	40.966.786	29.511.125		70.477.911
Imp. e contrib. a recolher	14.957.416			14.957.416
Indenizações trabalhistas a pagar	880.292			880.292
Outras contas a pagar	337.452	195		337.647
Não Circulante				
Empresas ligadas	86.071.673	13.993.655	(25.985.639)	74.079.689
Financiamentos	2.862.667	201.845.900		204.708.567
Indenizações trabalhistas a pagar	2.617.245			2.617.245
Imp. e contrib. a recolher/diferidos	242.795.419			242.795.419
Debêntures		51.502.850		51.502.850
Patrimonio Líquido				
Capital social	117.400.285	1.575.440	(117.400.285)	1.575.440
Reservas de capital	36.000		(36.000)	
Ajuste patrimonial	475.549.254			475.549.254
Reserva de retenção de lucros	13.143.674		(13.143.674)	
Resultado do exercício	1.797.232	75.109	(1.541.507)	330.834
Total do Passivo	999.808.447	298.504.274	(158.107.104)	1.140.205.617

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

c) Consolidação

A Companhia deixou de apresentar demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício de 2011, devido a intenção de venda do investimento mantido na controlada Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. que, conforme descrito na nota explicativa nº 9, passou a ter o tratamento contábil e correspondente classificação de ativo destinado à venda.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao serviço são transferidos para o cliente. A receita de arrendamento mercantil do imóvel é reconhecida no resultado mensalmente em observância ao Instrumento Contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

b) Estimativas contábeis:

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; análise do risco de crédito para determinação da estimativa da perda por créditos de liquidação duvidosa; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros:

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com controladas e coligadas e outros recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia registra títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são registrados inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, contas garantidas, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2011 e em 2012.

d) Disponibilidades e equivalentes:

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

e) Contas a receber de clientes:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Como resultado da avaliação de contas a receber em aberto, não houve a necessidade de constituição de estimativa de perda por créditos de liquidação duvidosa para a controlada e complemento da estimativa de perda por créditos de liquidação duvidosa da controladora.

Em função dos prazos de recebimentos serem inferiores a 30 (trinta) dias, os efeitos de ajustes a valor presente dos saldos de contas a receber não é relevante.

d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e) Créditos e débitos com pessoas ligadas:

As transações com partes relacionadas decorrem de operações financeiras que a Companhia e as empresas ligadas, para a gestão de fluxo de caixa.

f) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos são mensurados conforme as políticas contábeis aplicáveis ao ativo. A partir do momento em que são classificados como mantidos para venda, eles são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, os Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos a aplicação do referido método.

g) Imobilizado:

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do Custo Atribuído (*Deemed Cost*). A depreciação foi, a partir do ano de 2010, calculada com taxas mencionadas na nota nº 10, as quais foram estimadas com base em estudos de especialistas e ajustadas para atendimentos às normas estabelecidas pela legislação societária brasileira.

A adoção do Custo Atribuído (*Deemed Cost*), mencionado na nota 9, foi baseada na Resolução CFC nº 1.255/09 – NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e a Resolução CFC nº 1.263/09 – ITG 10. Os ajustes tomaram por base laudo de empresa especializada independente que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como seu valor residual.

h) Intangível:

Ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada das perdas no valor recuperável, quando aplicável.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”):

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, em contrapartida do resultado do exercício.

j) Empréstimos:

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

k) Provisões

Uma provisão é registrada, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são lançados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Ativos e passivos contingentes:

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; e (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

n) Imposto de renda e contribuição social:

Não foram constituídos créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre respectivamente, prejuízos fiscais e base negativa acumulados, em função da incerteza de atendimento integral dos requisitos exigidos pelas normas contábeis. Foram constituídos passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre os valores atribuídos ao custo do imobilizado, atendendo a Resolução CFC nº 1.189/09 e resolução CFC nº 1.263/09.

o) Lucro (prejuízo) por ação:

O lucro por ação é calculado considerando-se o número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

p) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Estrutura de gerenciamento de risco.

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro)

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, possam impactar os negócios da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

5. DISPONIBILIDADES

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bancos conta movimento	199.5670	3.560
Aplicações financeiras	1.555.786	1.284
	1.755.353	4.844

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em títulos de renda fixa, com taxa remuneratória média mensal de 1%. Os prazos de resgate não ultrapassam 90 dias da data do balanço.

6. CONTAS A RECEBER

Corresponde substancialmente ao valor do arrendamento mensal decorrente da operação descrita na nota explicativa nº 1.

7. CRÉDITOS E DÉBITOS COM EMPRESAS LIGADAS

		<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo não circulante			
Bric Brazilian Inter. Complex S.A.	(a)	4.906.979	90.096
Briclog Armazéns Gerais Ltda.	(a)	107.032	101.940
Briclog Armazéns Gerais Ltda - Debêntures		40.995.822	
		46.009.833	192.036
Passivo não circulante			
Bric Brazilian Inter. Complex S.A.	(a)		15.296.782
Inepar Adm e Participações	(b)	29.061.161	28.430.952
Fator Empreendimentos	(b)	19.573.622	19.263.958
Portbank Consultoria	(a)	59.966	59.966
Venilton Tadini	(a)	112.025	112.025
Active International	(a)	1.288.803	1.288.803
IESA Oil & Gas	(c)	813.586	775.488
		50.909.163	65.227.974

- (a) Operações financeiras para gestão de fluxo de caixa. Não há incidência de juros nas transações.
- (b) Operações financeiras para gestão de fluxo de caixa. Atualizados por 100% da variação do CDI.
- (c) Operação financeira para gestão de fluxo de caixa. Atualizados por 100% da variação do CDI acrescido de 0,8% ao mês.

8. ATIVO DESTINADO À VENDA

Em 2 de junho de 2011, a Wilson Sons Limited, por meio de sua subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda., firmou contrato com a Companhia Brasileira de Diques para aquisição da totalidade das quotas representativas de sua participação no capital da Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. ("Briclog"). A conclusão da aquisição está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Foram recebidos como adiantamento R\$ 10 milhões na assinatura do contrato. Na data do fechamento da operação, serão honrados R\$ 60 milhões após o cumprimento de todas as condições precedentes, R\$ 27.562.562,56 serão honrados no prazo de 90 dias da data do fechamento e o montante restante de R\$ 27.562.562,56 serão honrados no prazo de 330 dias contados da data de fechamento, sendo os três últimos serão pagas corrigidas monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em decorrência dessa operação, os investimentos na controlada (Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.) foram reclassificados para ativo destinado à venda. Em conformidade com pronunciamento técnico CPC 31 - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA e a resolução CFC Nº. 1.188/09, que aprova a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a partir desse momento tal investimento passaria a ser avaliado por seu valor justo, caso este fôsse inferior ao valor contábil, que, contudo, é inferior ao valor de venda líquido das despesas para venda. O valor reclassificado é assim demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2011

Custo	17.223.579
Ágio	98.030.104
	115.253.683
Resultado de equivalência até reclassificação	465.005
Aquisição participação BNDES	175.175
Redução de capital	(11.784.709)
Ativo destinado à venda	104.109.154

9. IMOBILIZADO

	Depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	<u>ao ano - %</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Terrenos		207.424.946		207.424.946	207.424.946
Instalações	4	1.003.215	-90.289	912.925	922.958
Edificações	4	100.235.757	-9.021.218	91.214.539	92.216.896
Móveis e utensílios	20	8.200	-752	7.448	7.653
Diques	4	392.659.132	-35.339.322	357.319.810	361.246.401
Cais	4	169.370.474	-15.243.343	154.127.131	155.820.836
Benfeitoria em propriedades de terceiros	4	13.306.476	-1.197.583	12.108.893	12.241.958
Imobilizado em andamento		35.000.908		35.000.908	34.476.007
		919.009.108	-60.892.507	858.116.601	864.357.656

A administração decidiu por apurar e registrar, em 2010, o Custo Atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada para preparação do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

O laudo avaliou o valor do imobilizado em R\$ 884.000.000 que, comparados com o valor residual contábil do imobilizado, gerou um Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP de R\$ 781.229.182. O AAP foi registrado diretamente contra conta específica do Patrimônio Líquido (nota 15), deduzido do valor de IRPJ e CSLL diferidos (nota 10), no montante de R\$ 256.416.501.

10. INTANGÍVEL

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12 2011</u>
Software	13.523	13.523
Intangível (incorporado)	140.397.019	140.397.019
Amortização de Software	(4.057)	(3.381)
	140.406.485	140.407.161

O intangível registrado decorrente do processo de incorporação da sociedade controladora GFS Premium Administração e Participações S.A. descrito na nota explicativa nº 1, tem sua origem em ágio apurado pela GFS na aquisição da Companhia Brasileira de Diques junto a parte independente.

Tal ágio fundamenta-se na expectativa de rentabilidade futura e, em consonância com a NBC TG 1000 (NBC T 19.41), NBC T 19.10, item 107 e NBC T 19.18, itens 49 e 50 vigentes desde 1º de janeiro de 2009, não foi amortizado, estando sujeito à análise anual de recuperação efetuada pela Administração, por meio de laudo de empresa especializada independente, que não identificou necessidade de provisão para redução ao valor recuperável, visto que o valor estimado de realização excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Garantias</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital de giro					
Banco Pine S.A	aval e recebíveis	CDI + 0,765%	02/10/2013	41.400.000	40.000.000
Banco Panamericano S.A	aval e recebíveis	CDI + 0,70%	18/02/2013	18.000.000	
Conta Garantida					
Banco Pine S.A	sem garantia	CDI + 0,765%			514.840
				59.400.000	40.514.840
(-) Circulante				17.522.223	
Não Circulante				41.877.777	40.514.840

12. Impostos e contribuições a recolher e diferidos

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre ajuste de valor patrimonial	245.604.794	247.814.923
IRPJ a recolher	2.257.092	2.228.409
CSLL a recolher	843.884	833.110
Cofins	4.340.951	3.799.196
PIS	935.971	817.019
ISS		4.139
IPTU a pagar	7.535.225	7.535.223
Outros impostos	878.605	902.504
	262.396.522	263.934.523
(-) Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	16.110.559	15.447.401
Impostos e contribuições diferidos	8.901.498	8.901.498
Não circulante	237.384.465	239.585.624

13. Outras contas a pagar

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos a pagar – IVI (a)	13.092.948	239.114.503
Opinião S.A (b)	5.400.000	
Docas S.A	542.306	
Outras	50	
	19.035.304	239.114.503
(-) Circulante		(23.911.485)
Não circulante		215.203.018

(a) Saldo a pagar a Indústrias Verolme-Hishibras S.A – IVI, proveniente da incorporação da sociedade controladora GFS, descrito na nota explicativa nº 1, correspondente à aquisição parcelada das ações da Companhia Brasileira de Diques, amortizável em parcelas vencíveis até setembro de 2012 e sujeito a encargos financeiros correspondentes a variação do IGP-M acrescida de 12% a.a.

(b) Corresponde ao refinanciamento de duas das amortizações devidas a Indústrias Verolme-Hishibras S.A – IVI (item a acima), com pagamento de juros antecipados e vencíveis em outubro de 2012.

14. Debêntures

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
1ª emissão de debêntures	52.802.897	52.477.188
2ª emissão de debêntures	267.137.066	258.514.692
Debêntures em carteira		(258.514.692)
	319.936.963	52.477.188
(-) Circulante	15.097.924	
Não Circulante	304.839.039	52.477.188

- 1ª emissão de debêntures: série única, não conversíveis em ações, ocorrida em 14 de julho de 2009, emitidas 37.984.000 debêntures, sujeita a atualização monetária com base na variação do IGP-M, com prazo final de vencimento em 10 de fevereiro de 2016. Emissão ocorrida na GFS Preminum Administração e Participação, incorporada pela CBD – Companhia Brasileira de Diques S.A em 2011, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- 2ª. emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em dez séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação pela Companhia Brasileira de Diques, ocorrida em 15 de setembro de 2011. Emitidas 2.424 (duas mil quatrocentas e vinte e quatro) debêntures.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social de R\$ 1.650.549, subscrito e integralizado, é representado por 577.712 ações ordinárias.

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no país e no exterior, está distribuído da seguinte forma:

<u>Sócios</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Inepar Administração e Participações S/A	288.856	50,00%
Active Internacional Investments Ltd.	216.642	37,50%
Partbank Cons. Fin. Adm. Bens e Part. S/S Ltda.	54.882	9,50%
Venilton Tadini	8.666	1,50%
Carlos Hitoshi Fuda Castro	5.777	1,00%
Manoel Horácio Francisco da Silva	2.889	0,50%
	577.712	100,00%

(c) Ajuste avaliação patrimonial: refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (*deemed cost*) dos itens do ativo imobilizado registrado no exercício de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 9, deduzido da provisão de imposto de renda diferido, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor, forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

16. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Juros e multas de tributos		(18.712)
Juros pagos	(7.709.143)	(2.087.862)
Despesas bancárias	(138.965)	(2.175)
IOF / IOC	(1.018.534)	(228)
Deságio na colocação Debêntures	(1.922.946)	
Juros e Encargos s/ Debêntures	(3.424.528)	
	(14.214.116)	(2.108.977)

17. Instrumentos financeiros

A Companhia não mantém operações significativas com instrumentos financeiros e não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com suas operações financeiras são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia e parametrizadas com as taxas de mercados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não possui operações relevantes cujos efeitos nas oscilações de taxas possam ocasionar perdas significativas, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as análises de sensibilidade de oscilações das taxas.

18. Seguros

A Companhia adota a política de manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e outros itens sujeitos a riscos, a qual foi determinada pela Administração, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Maurício Bernardo Cerdeira Leibovitz
Diretor Presidente

José Luiz de Franco
Contador - CRC RJ 036918/O-4 T SP